

O SETOR FINANCEIRO E A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BRASIL PÓS 70

Helena Kohn Cordeiro *

O Papel do Banco na Economia e a Reforma do Sistema Financeiro Nacional (RSFN)

Desde o segundo pós-guerra, a aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil constituiu-se no fator território. A forma hegemônica assumida nesse processo só pode ser compreendida à luz da mundialização da economia e da transnacionalização do capital, em que a força do capital financeiro privado internacional tornou-se responsável pelo atual estado de desordem da economia capitalista mundial.

A forte expansão industrial, a terciarização da economia e a correspondente aceleração da circulação do capital conduziram o banco à função de coletor e redistribuidor de capitais. A fluidez do sistema financeiro e seu controle pelo Estado são onipresentes em todo o território. (Santos, 1985). Cada banco desenvolve uma rede hierarquizada de agências, implantando nos centros urbanos regionais e locais uma nova marca do poder (Cordeiro, 1987).

Para agilizar a atuação da função financeira o Estado criou, imediatamente após o término da segunda grande guerra, a SUMOC (Superintendência de Moeda e Crédito) e uma série de outras medidas que levaram o setor industrial a atrelar-se ao financeiro (Santos, 1985).

Nos fins de 1964, dá-se a implantação do planejamento macroeconômico do governo autoritário, concretizando-se a lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), que definiu a reestruturação e disciplinamento do sistema bancário. A RSFN veio a reproduzir no Brasil uma estrutura financeira nos moldes dos países avançados. Criou novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas, às quais caberia: a) resgatar a poupança e ampliar o crédito para todos os tipos de consumo; b) intermediar a transferência de capital de empréstimo; c) direcionar grandes massas aglutinadas de capital-dinheiro para agilizar projetos de grande porte, a longo prazo, para suportar o processo da acumulação do capital. Conseguiram realizar só as duas primeiras. A última foi remetida à esfera do Estado, que viria a ser o condutor ativo do processo de monopolização do capital, articulando a fusão e o cruzamento do grandes grupos e blocos capitalistas (Tavares, 1983). Os diferentes tipos de papéis emitidos pelo SFN passaram a ser distribuídos e controlados por instituições particularizadas. Os bancos mais fortes diversificaram suas atividades e, por associação e/ou encampações, passaram a absorver os menores. Formou-se assim, um número reduzido de grandes conglomerados.

* Depto. De Cartografia e Análise da Informação Geográfica – Universidade Estadual Paulista –
Campus de Rio Claro – São Paulo - Brasil

Antes da RSN, os bancos funcionavam meramente para manutenção de contas correntes, e reduzido o volume de empréstimos. Depois, tornaram-se responsáveis pela arrecadação dos mais diferentes impostos, taxas e contribuições, e a abranger a mais ampla gama de serviços: desde o gerenciamento de fundos de investimento, gestão dos grandes fundos sociais até o campo dos seguros. Com a massa de dinheiro das firmas e do público à sua disposição, passam a redistribuí-lo, tornando-o capital produtivo: capital fundiário ou mercantil ou industrial. Todavia, os bancos escolhem, segundo condições materiais e conjunturais, os setores de investimento que os procuram, discriminando seus clientes. Têm, portanto, um papel selectivo fundamental (Santos, 1985).

A circulação da informação e a espacialização do sistema bancário

Correspondendo à fase de “financeirização” da nossa economia, a espacialização do sistema bancário é um dos fenômenos mais notáveis da recente organização do espaço brasileiro. Num país de projeções continentais como o Brasil, somente através da fluidez das telecomunicações, os bancos puderam realizar a coleta e redistribuição do capital nos “fins do mundo” do território nacional. A expansão e aperfeiçoamento da teleinformática, permitiram a reestruturação do trabalho bancário – através da continuada centralização das operações administrativas e o reforço da dedicação local às tarefas comerciais – a serviço da função gestora do capital (Verdier, 1986).

A expansão do sistema bancário nacional deu-se a partir da criação de numerosos pequenos bancos locais, com poucas agências. Contudo, foi somente depois da RSN (1964/65) e, sobretudo, do desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações, que se deu o salto na expansão territorial. A EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) assumiu o monopólio das telecomunicações, chegando, em meados dos anos oitenta, à integração de todos os seus serviços ao domínio da informática depois do lançamento dos satélites BRASILSAT I e II. Assim, bancos de qualquer ponto do vasto território puderam ser ligados ao sistema, bem como toda a rede financeira às suas homologas no exterior. Tornou-se ela própria elemento essencial de integração do território nacional e deste com o mundo.

As grandes modificações estruturais do sistema bancário são: de um lado, uma forte conglomeração, com a concentração das sedes sociais nas grandes metrópoles (em 1941, havia 512 sedes localizadas nas capitais e principais cidades do país, passando a 90 em 1985, das quais 67 estabelecidas nas metrópoles) (Cordeiro, 1986/87; Correa, 1989) e, de outro, um aumento progressivo do número de agências pelo território, (1940 – média de 2,2 agências/banco; 1985 – 167,4 agências/banco), (Correa, 1989) com grandes diferenças regionais e seguindo os principais espaços econômicos do espaço brasileiro (Dias, 1989^A).

Analisando as áreas de influência bancárias através da localização da estrutura operacional dos maiores bancos comerciais públicos e privados do país, com sede nas regiões metropolitanas e em Brasília, pudemos constatar que: a maior parte da rede bancária brasileira pertence ao setor privado de capital nacional e integralmente sediado nas regiões metropolitanas, comandado 57,3% do total das agências no país. Somando-se a esse total as sedes dos bancos comerciais estrangeiros (sediados em São Paulo e Rio de Janeiro) atingimos quase 60% do sistema bancário (59,22%). Os bancos comerciais públicos abrigam os 40% restantes, dos quais, quase a metade (17,31%) refere-se ao Banco do Brasil.

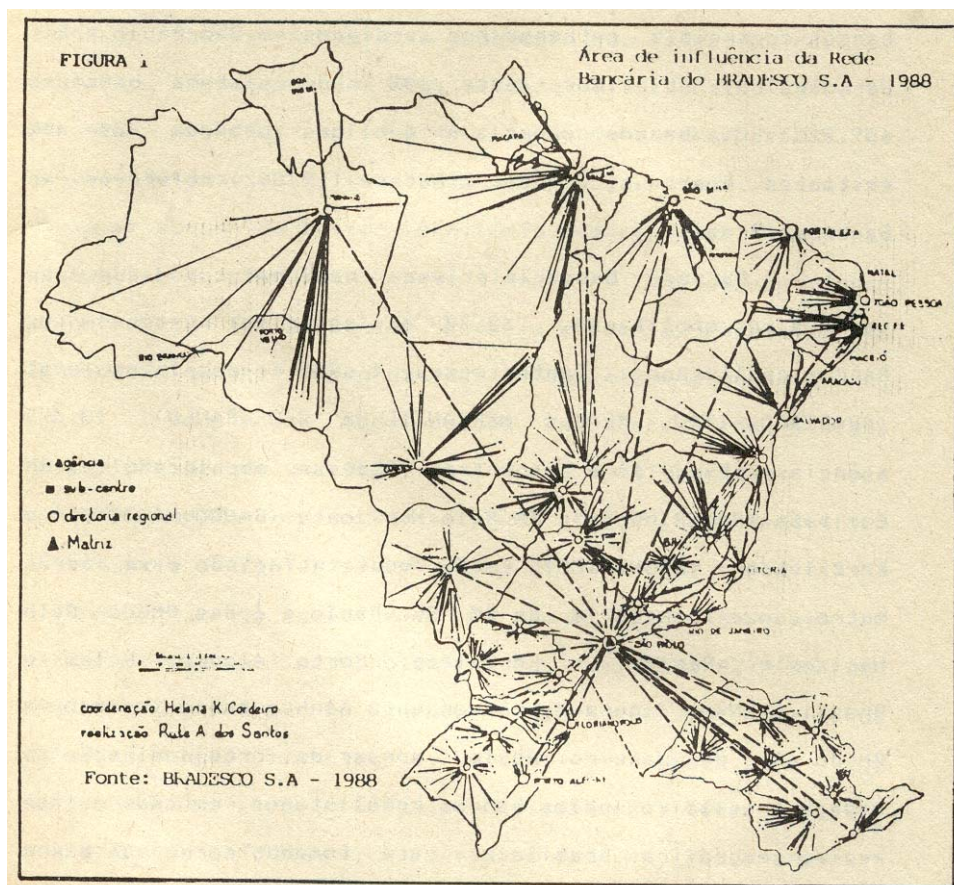
Da rede bancária privada nacional com sede nas regiões metropolitanas, 62,7% das agências pertencem aos bancos paulistanos. Dentre esses, 4 são de escala nacional (BRADESCO, ITAU, REAL e MERCANTIL DE SÃO PAULO), (3.679 agências) (Fig. 1) e os outros 3 dessa escala são da RM Curitiba (BAMERINDUS), RM Belo Horizonte (BANCO NACIONAL) e RM Salvador (ECONÔMICO). Estão quase atingindo esse padrão outros doze bancos: 6 da RM São Paulo e 6 das RM de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Belém e Brasília. Não figura neste conjunto nenhum banco sediado na RM do Rio de Janeiro. Assim, apesar da forte dominação do espaço brasileiro pelos bancos paulistanos, em cada grande região geográfica brasileira, está tomando corpo um banco nacional privado de área de influência nacional.

As redes dos 7 bancos comerciais privados de escala nacional somam 40% das agências do país; os 12 bancos de escala quase nacional atingem 13% e o Banco do Brasil outros 17%. Chegamos, assim, a mais de 70% da rede bancária do espaço brasileiro comandada por bancos de escala nacional (ou quase nacional).

Quanto às 23 redes de bancos comerciais de capital estrangeiro no Brasil, sediam-se exclusivamente nas duas metrópoles mundiais: São Paulo (18) e Rio de Janeiro (5). Sua maioria tem área de influência de escala metropolitana (sedes e agências instaladas apenas nas metrópoles). Fazem exceção o City Bank S/A e o Francês Brasileiro S/A com redes de escala nacional. O recente aumento do número desses bancos e a expansão territorial de suas redes depois do “milagre brasileiro”, evidenciam o caráter crescente da acumulação capitalista estrangeira no Brasil (Ber, 1986).

A maioria dos bancos comerciais públicos têm sua área de influência restrita ao próprio estado, sendo que dos 24 bancos das capitais administrativas, 12 sediam exclusivamente os bancos estaduais. Para realizar seus negócios, todos eles têm, pelo menos, diretorias ou gerências nos 3 principais centros de negócios do país. Contudo, os bancos estaduais das regiões Sudeste e Sul vêm ampliando suas áreas de influência para a escala regional e mesmo nacional. Estão neste caso, o BANESPA, seguido pelo BANERJ, que desenvolvem uma escala quase nacional. Correspondendo ao papel de São Paulo como epicentro do capitalismo brasileiro e metrópole mundial, o BANESPA mantém negócios em suas agências nas principais praças bancárias do mundo. Também o Banco do Brasil, com o maior

número de agências do país no exterior, dá a Brasília a projeção de centro de negócios internacionais do Estado Federal.



Há portanto, uma forte tendência de dominação do espaço brasileiro por duas dezenas de bancos comerciais privados e dois públicos de escala nacional, desde que, no conjunto da rede bancária comercial brasileira, os bancos comerciais privados e dois públicos de escala nacional, desde que, no conjunto da rede bancária comercial brasileira, os bancos de escala regional e estadual vêm se tornando cada vez menos expressivos e os de escala local estão praticamente desaparecendo.

O sistema bancário, o Maior Usuário das Redes de Telecomunicações no Brasil.

Os sistemas de telecomunicações e de informação são fatores fundamentais da espacialização bancária. Crescem os bancos como empresas gigantes, que empregam centenas de milhares de pessoas, relacionadas pela troca de dados, e deslocamento de fundos através dos meios eletrônicos. Assim, puderam os bancos ser os principais agentes da ruptura do isolamento dos "fins do mundo", facilitando sua aproximação ao processo condutor da sociedade de consumo através do poder da informação (Bakis, 1987). Os meios televisivos devem também ser lembrados entre os sistemas que atuam nesse processo, facilitando a

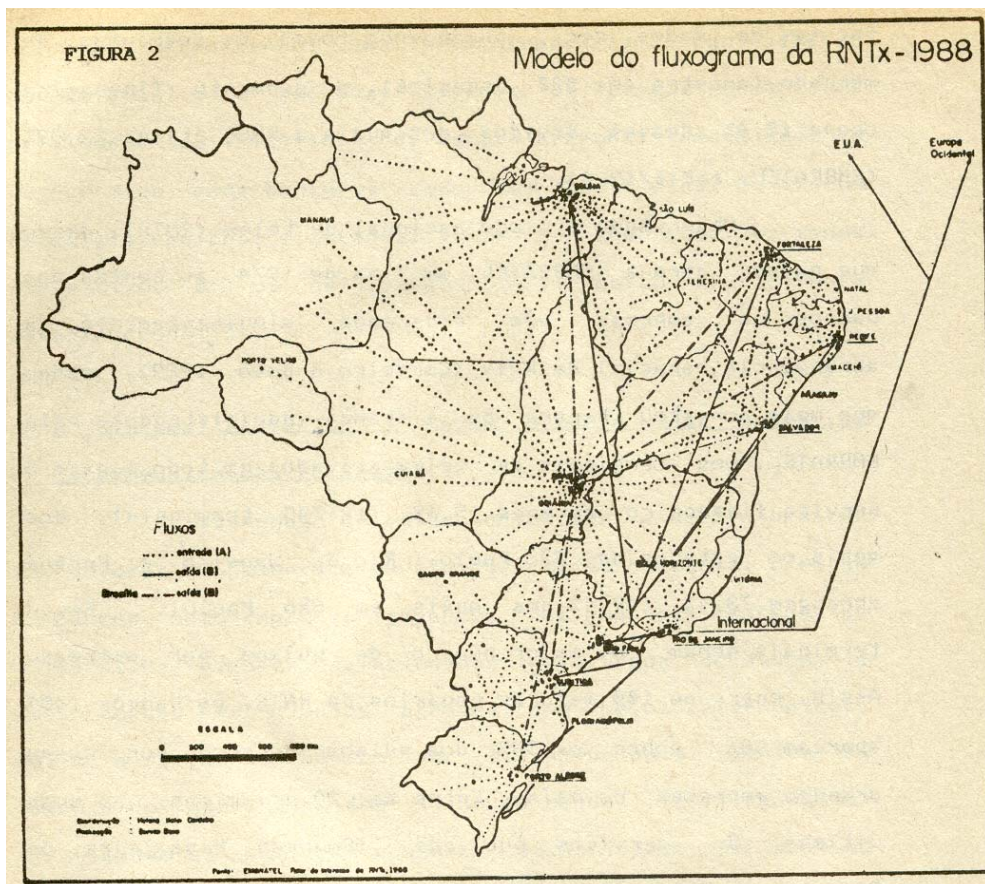
expansão da sociedade de consumo, conjuntamente à penetração profunda das práticas do próprio sistema capitalista, através da intensa e competitiva propaganda das instituições bancárias.

Para sua expansão funcional os bancos se fizeram os maiores usuários dos sistemas de telecomunicações e de informação. Num estudo dos serviços da EMBRATEL (telex, pacotes de dados, etc), abrangendo todos os segmentos de mercado (amostra de 500 usuários), o segmento financeiro ocupa 18,4% desses serviços dos quais a RMSP atinge 22,09% (EMBRATEL, abril/1990).

Observando a rede nacional de telex (RNTx), desde que passou para a EMBRATEL, em fins de 1974, as contas dos bancos na empresa vêm crescendo simultaneamente à abrangência espacial da RNTx (Cordeiro & Bovo, 1989), sendo que mais cresceu dentre os sistemas administrados pela EMBRATEL. Dos terminais de telex ativados em todo o país o serviço financeiro abrange 15,6% (12.745 terminais), dos quais os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná abrangem 73,4% (49,4% dos quais em São Paulo). Esses terminais geram o maior número de pulsos por empresa. Assim, entre os 100 maiores usuários da RNTx, os bancos (45) abarcam 28% sobre os 38% dos pulsos gerados por essas grandes empresas do país. Entre as 20 primeiras, as duas últimas são serviços públicos (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o IAPAS). As outras 18 são 14 bancos privados de capital nacional, o segundo maior banco estrangeiro, em número de agências e os três maiores bancos estaduais.

Para fazer uma idéia de distribuição das informações bancárias basta observar o modelo de circulação dos fluxos da RNTx (fig. 2):

A maioria dos bancos comerciais públicos têm sua área de influência restrita ao próprio estado, sendo que dos 24 bancos das capitais administrativas, 12 sediam exclusivamente os bancos estaduais. Para realizar seus negócios, todos eles têm, pelo menos, diretorias ou gerências nos 3 principais centros de negócios do país. Contudo, os bancos estaduais das regiões Sudeste e Sul vêm ampliando suas áreas de influência para a escala regional e mesmo nacional. Estão neste caso, o BANESPA, seguido pelo BANERJ, que desenvolvem uma escala quase nacional. Correspondendo ao papel de São Paulo como epicentro do capitalismo brasileiro e metrópole mundial, o BANESPA mantém negócios em suas agências nas principais praças bancárias do mundo. Também o Banco do Brasil, com o maior número de agências do país no exterior, dá a Brasília a projeção de centro de negócios internacionais do Estado Federal.



As metrópoles regionais recebem os fluxos de entrada RNTx de todas as localidades de suas respectivas regiões; 40% a 60% dos seus fluxos de saída da RNTx dirigem-se para São Paulo (Cordeiro & Bovo, 1989).

Ha um forte fluxo de chamadas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde está localizada a estação emissora da RNTx para o exterior. O maior número de ligações internacionais são feitas por São Paulo.

Os centros de decisão da grande maioria dos bancos comerciais de capital nacional e estrangeiro do país, inclusive dos escritórios de representantes dos bancos estrangeiros, estão sediados no Centro Metropolitano de São Paulo (CMSP), além do maior banco estadual do país (BANESPA S/A) e agências e gerências regionais de todas as instituições do nosso sistema bancário (Cordeiro, 1986/7, Cordeiro & Santos, 1989). Os bancos paulistanos são os que detêm quase 60% das agências do país.

A central da RNTx da rua dos Ingleses (Centro Paulista) é a de maior movimento do país (EMBRATEL, 1988).

Tendo em vista essas observações, podemos afirmar que a maior concentração de informações do país é detida pelo centro de decisão do sistema bancário

sediado no Centro Paulista, um dos dois núcleos do CMSP. Menor parcela (20/25%, a metade da de São Paulo) é mandada das metrópoles regionais para o Rio de Janeiro, ex-capital federal, onde se localizam as sedes de grande número das maiores empresas e bancos federais e privados nacionais e estrangeiros.

Foge a este modelo unicamente a Capital Federal: o movimento de fluxos de chamadas de entrada e saída da central de Brasília é quase regularmente distribuído por todas as regiões metropolitanas do país (sendo mais intenso com São Paulo). Reflete os circuitos de informação das sedes da maioria das empresas e bancos federais e de todos os órgãos políticos e administrativos de um sistema de governo fortemente centralizado.

Os Bancos e a Teleinformática

As instituições bancárias dominam direta ou indiretamente todos os setores do campo da informática, desde a produção industrial dos equipamentos até os serviços de transmissão de dados.

Apesar de terem entrado na indústria nacional de informática nos seus primórdios (ITAUTEC, 1974) foi principalmente depois do Plano Cruzado (1986) que os investimentos bancários nesse setor tornaram-se maciços, visando uma excelente racionalização de suas redes.

As duas maiores do seleto clube dos gigantes da produção de equipamentos da informática são a ITAUTEC e a DIGILAB -, pertencentes aos "holdings" das duas maiores redes bancárias privadas do país (ITAÚ S.A. e BRADESCO S.A). Além da sua própria produção, elas detêm participação acionária em outras empresas do setor. Todas as empresas de automação eletrônica contam com a retaguarda de grupos financeiros ou industriais. Sendo as maiores empresas do setor, os grandes bancos tornaram-se os maiores beneficiários da Lei da Informática, que criou uma reserva de mercado, visando restringir a concorrência das empresas multinacionais do setor (Fioravante, 1989). Com o Plano Collor (1990), essa fase deverá entrar em recesso; não só os bancos mas também os outros setores da economia terão que definir-se por nichos do mercado, numa situação extremadamente competitiva.

A teleinformática responde às necessidades das empresas que exigem a utilização contínua e instantânea (tempo real) de grande quantidade de dados. Seus serviços se realizam através de duas redes de transmissão de dados administrativos pela EMBRATEL: a TRANSDATA (1981), - linhas privadas de transmissão, que se integram ponto a ponto - e a RENPAC (Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes), (1985), - o acesso aos computadores se dá através de circuitos espaciais das redes de telefone e telex, totalmente integradas desde 1988.

Leila Dias (1989B), estudando a TRASDATA, evidenciou a dominação plena da rede pela sistema bancário, caracterizando também a sua espacialização. Chegou aos seguintes níveis (fig. 3):

1° Forte concentração da informática no Estado de São Paulo: a) a capital de São Paulo (com o a maior número de sedes sociais das grandes empresas e bancos do país), b) a RMSP – com o maior parque industrial e centros de tratamento de dados de bancos do país; c) Bauru, São José do Campos, Santos e outras cidades, -nós dos circuitos de produção e comercialização agrícola, industrial, científica, tecnológica e de exportação do estado. 2° Rio de Janeiro, com metade das linhas relativamente às da capital de São Paulo, segundo mercado financeiro e empresarial do país. 3° Brasília e mais 5 metrópoles, 13 capitais de Estado, bem, bem como cidades industriais importantes.

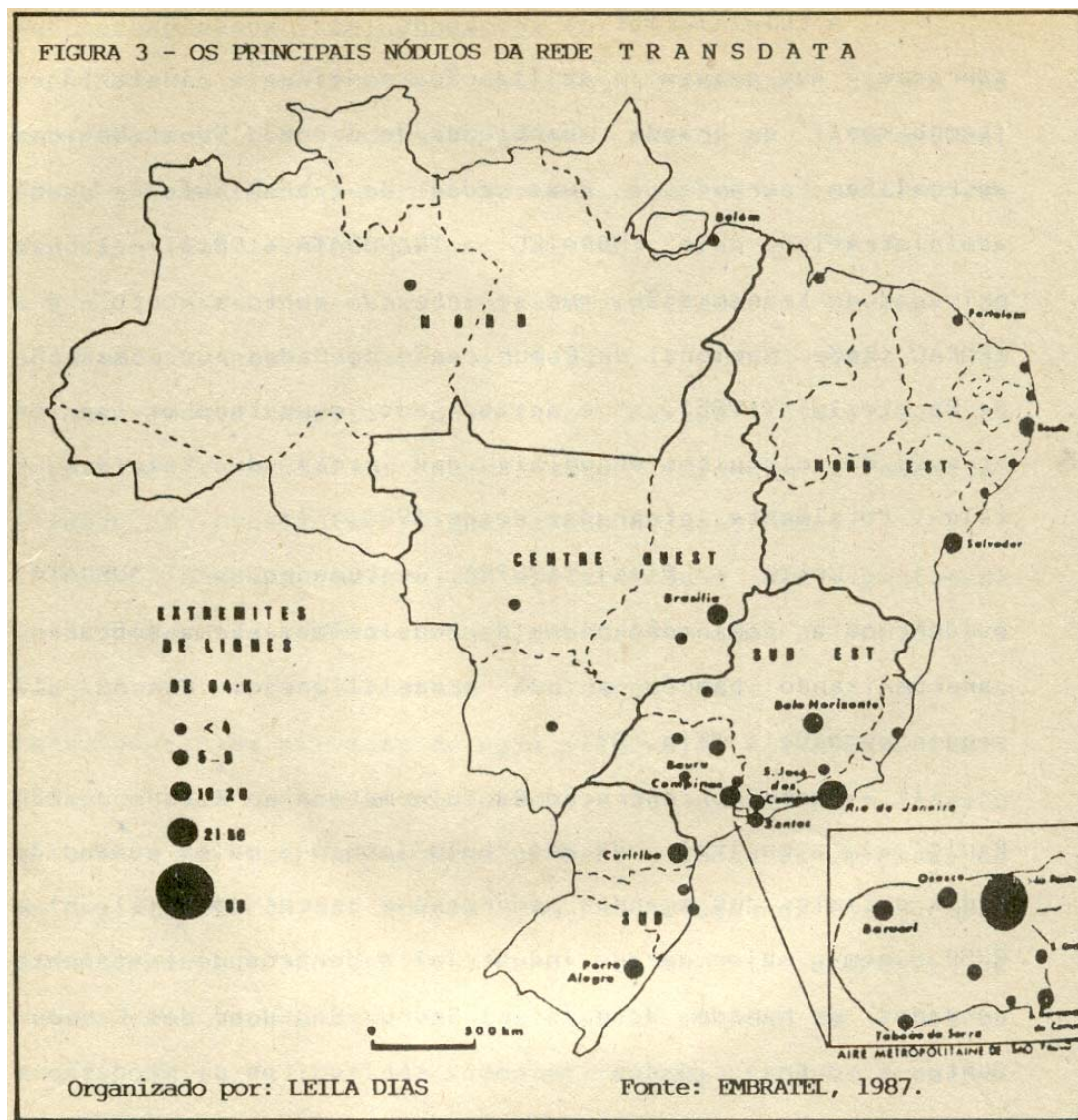
O setor financeiro é o que mais pressiona a EMBRATEL no sentido da sua atualização tecnológica, visando o aperfeiçoamento dos seus serviços.

CONCLUSÕES

Desenvolveu-se no país um modelo centralizador da informação, absorvida pelas sedes de tomadas de decisão do Estado e das mais poderosas empresas nacionais e multinacionais, principalmente as bancárias, localizadas nos três mais importantes centros transacionais ou centros de gestão do território brasileiro: as RM São Paulo e Rio de Janeiro e em Brasília. Destaque-se o CMSP, - principalmente o núcleo do Centro Paulista -, que concentra a maior parcela dos fluxos de informação da RM São Paulo.

O desenvolvimento deste modelo centralizador de articulação de todos os agentes econômicos, sobretudo os financeiros, através da informação, reforçou o papel de São Paulo, no comando do setor privado da economia brasileira, e o de Brasília no controle do território pelo Estado Federal, com perda de posição relativa do Rio de Janeiro.

A expansão dos serviços de teleinformática facilita a extensão das redes de bancos em escala nacional com uma gestão centrada em apenas alguns pontos do território. Realizando a circulação do capital por todos os pontos de interesse econômico do país e a tomada de decisão sobre a gestão capitalista pela centralização da informação, a atividade financeira ajuda a viabilizar a divisão territorial do trabalho, a própria divisão internacional do trabalho, bem como a integração das distintas partes do nosso espaço. O modelo concentrador da circulação da informação permite à estrutura operacional do sistema bancário controlar tanto o setor financeiro, quanto todos os outros, tornando-se o instrumento privilegiado do Estado no processo de internacionalização da economia brasileira.



BIBLIOGRAFIA

BAER, M. (1986) A internacionalização Financeira no Brasil. São Paulo, Vozes.

BAKIS, H. 1(1987) Géopolitique de l'Information, Presses Universitaires de France, Paris.

BUCCHI, W.W. (1988) Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Banco Central, São Paulo, mimeo.

CONDEIRO, H.K. (1986/87) Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. Boletim de Geografia Teórica, 16-17 (31-34): 153-196.

CORDEIRO, H.K. & BOVO, D.A. (1989) A Modernidade do Espaço Brasileiro Através da Rede Nacional do Teles. Depto. De Cartografia e Análise da Informação Geográfica, UNESP, Campus de Rio Claro, mimeo.

CORDEIRO, H.K. & SANTOS, R.A. dos. (1989) As redes bancárias brasileiras e sua área de influência. Depto. De Cartografia e Análise da Informação Geográfica, UNESP, Campus de Rio Claro, mimeo.

CORREA, R.L. (1989) Concentração Bancária os Centros de Gestão do Território. Revista Brasileira de Geografia, 51(2): 17-32, Rio de Janeiro.

DIAS, L.C. (1989^A) Un Indicateur de l'organisation territoriale: l'activité bancaire et son évolution au Brésil. Colloque: Les nouveaux espaces industriels: un survol international, Paris I, 21-22, mars.

DIAS, L.C. (1989B) Les enieux socio-spatiaux du développement desw reseaux de telecommunications au Brésil. N. 204, Paris, pp. 28/42.

FIORAVANTI, C. (1989) os donos da reserva. Isto é Senhor, 1025, 10/05/89, pp. 60-63.

SANTOS, M. (1985) Espaço e Método. São Paulo, Nobel.

TAVARES, M. da C. 1983) O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de expansão Recente. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil, ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, vol. 2.

VERDIER, E. (1986) Traços específicos da informatização do trabalho bancário. AGB – São Paulo, AGB Nacional. Seleção de Textos, n. 16. pp. 55-59.